



Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Brasil

de Carvalho, Carlos Alberto
Reflexividade e Jornalismo: algumas aproximações
Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, núm. 36, agosto, 2008, pp. 77-83
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550192010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Reflexividade e Jornalismo: algumas aproximações*

RESUMO

Neste artigo utilizamos o conceito de reflexividade, proposto por Anthony Giddens, para compreendermos algumas das condições que envolvem as relações entre jornalismo e sociedade em condições de modernidade. O primeiro movimento se dá em torno da noção de reflexividade, conceito tido por Giddens como fundamental para a compreensão das transformações pelas quais tem passado a modernidade. Em um segundo momento, tomamos como referência os conceitos de noticiabilidade, agendamento e enquadramento, fundamentais para a compreensão do jornalismo, inclusive as muitas negociações que os atores sociais com ele empreendem. Na sequência, identificamos como a reflexividade é um conceito que se presta a uma dimensão metodológica na explicitação dos modos como a mídia, e particularmente o jornalismo, interagem com o conjunto social.

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo
reflexividade
sociedade

ABSTRACT

In this article we utilize the concept of reflexivity, proposed by Anthony Giddens, in order to understand some of the conditions that involve the relationships between journalism and society in the domain of modernity. The first movement takes place around the notion of reflexivity, needed for the comprehension of the transformations that modernity has gone through. In a second movement, we take as reference the concepts of noticeability, agenda setting and framing, fundamental for the comprehension of journalism, including the multiple negotiations undertaken by the social actors. In the sequence, we identify how reflexivity is a concept that lends itself to a methodological dimension in making explicit the means under which the media, and particularly journalism, interact with the social complex.

KEY WORDS

journalism
reflexivity
society

Carlos Alberto de Carvalho

Doutorando e bolsista da Capes/ UFMG/MG/Brasil
caco5@uol.com.br

Pensar as mídias em suas formas contemporâneas torna-se, assim, um desafio que implica múltiplas dimensões, das quais as mais importantes, parece-nos, são aquelas que buscam compreender a comunicação midiática em função dos seus entrelaçamentos sociais. O que propomos como desafio é, a partir do conceito de reflexividade, desenvolvido por Giddens, compreender as articulações que contemporaneamente se dão entre mídia e sociedade. Mais especificamente, ocuparemos-nos do jornalismo e suas negociações. Trata-se de uma aproximação inicial, razão que pela qual não apresentamos as muitas análises críticas de que tem sido objeto o conceito de reflexividade em Giddens. Interessa-nos identificar algumas das condições da produção jornalística, dentre elas as formas de enquadramento dos temas cobertos, articuladas com os critérios de seleção das notícias e as discussões sobre como a mídia é capaz de agendar debates públicos, agendar-se mutuamente e também ser agendada pelos “receptores”, aqui compreendidos como atores sociais em processos ativos de interação.

Reflexividade

Central em diversas obras de Anthony Giddens, o conceito de reflexividade não pode ser compreendido fora de outras preocupações do autor, dentre as quais 1) a sua discussão sobre as “consequências da modernidade”; 2) a noção de “dimensões institucionais da modernidade”, dentre as quais estão o capitalismo, o industrialismo e mecanismos diversos de vigilância; 3) além da noção de que as sociedades atuais funcionam sob o signo do risco, o que leva os indivíduos à necessidade de estabelecerem laços de confiança, por exemplo, nos “sistemas peritos”. A reflexividade, portanto, está associada às conexões que estabelecemos entre conhecimentos e vida social, capacitando-nos a agir sobre o conjunto social a partir dos próprios conhecimentos que a vida em comum nos oferece. Trata-se de um conceito que vislumbra os indivíduos como capazes de, mais do que perceberem o mundo social à sua volta, agirem no sentido de mudarem este mesmo mundo e a si próprios, para tal utilizando-se dos conhecimentos reflexivamente adquiridos em seu meio de convivência.

Tal condição aponta para uma direção distinta daquelas teorizações que tomam os indivíduos como alienados de suas capacidades de intervenção social, além de chamar atenção para o fato de que nas sociedades atuais convivem múltiplos conhecimentos que, em determinadas dimensões, se apresentam como “resquícios” de uma sociedade pré-moderna (a título de exemplo, práticas de curandeirismo), ao lado de sofisticados sistemas de conhecimento que aliam complexas argumentações teóricas e eficazes soluções tecnológicas (como demonstram diversos métodos de práticas médicas, por

exemplo). Mais do que a distinção entre ciência e senso comum, o conceito de reflexividade está apontando que essas duas modalidades de explicação do mundo e de agir social sobre ele são capazes de convivência em um mesmo espaço, sem que uma elimine a outra, mas também sem que haja uma fusão entre elas, embora isso possa vir a se verificar em certas circunstâncias, sem que ocorra perda das especificidades de uma e de outra.

A preocupação maior de Giddens está em demonstrar como as sociedades modernas, quase sempre identificadas com as sociedades capitalistas ocidentais, vivem um estágio que, se tem sido denominado por diversos autores como “pós-moderno”, para ele trata-se, ainda, dos reflexos da modernidade aí implantada. Assim, embora a modernidade tenha afetado os modos de vida de uma maneira sem precedentes históricos, desvencilhando os homens de todos os tipos tradicionais de ordem social, tal condição não trouxe a possibilidade de segurança quanto aos destinos da humanidade. Pelo contrário, como demonstram problemas atuais como a degradação ambiental, a pobreza e doenças que ameaçam globalmente, dentre outras situações, a modernidade traz desafios para a sensação de estabilidade, seja social, seja pessoal. Eis uma das razões para que os homens atuem sempre reflexivamente em relação ao mundo social, pois somente assim se tornam aptos a identificarem as “ameaças” que os rondam.

Citando a preocupação epistemológica de Lyotard, para quem uma pós-modernidade se caracterizaria, sobretudo, pela impossibilidade de se prever um futuro a partir de um passado definitivo, Giddens (1991) ressalta que o conhecimento científico, um dos maiores beneficiários do projeto da modernidade, revelou-se, de fato, limitado quanto às suas possibilidades de oferecer respostas satisfatórias e tranquilizadoras. É no reconhecimento das consequências que a modernidade traz que encontra-se a possibilidade de entender como as sociedades atuais chegaram ao estágio em que se encontram, tarefa que, para o autor, cabe especialmente às ciências humanas.

Tais consequências encontram-se em inúmeras esferas da vida social, como a organização do trabalho e da produção de bens, a transformação da sociedade rumo a uma era de domínio da informação, além de uma série de outras, que trazem como desafio entender que a modernidade promove rupturas com a tradição, mas não estaria suficientemente “madura” para ser superada por algo que viesse a ser denominado como “pós-modernidade”, termo visto por Giddens com certa desconfiança, por sugerir uma ordem de transformações que não teríamos ainda atingido.

A incerteza quanto ao futuro e a impossibilidade de considerar – como era possível na tradição – conhecimento como sinônimo de verdade e de certeza tornam a modernidade o período por excelência da exigência de uma permanente “vigilância reflexiva”. Isso faz com que práticas sociais, conhecimentos científicos, avanços

tecnológicos e demais dimensões da vida humana estejam sob constante avaliação, instaurando-se mudanças à medida que são alcançados novos patamares de conhecimento sobre tais dimensões.

Na noção de reflexividade como algo que se dá a partir do compartilhamento de saberes, mas especialmente das condições em que modernamente somos instados a dar conta de uma multiplicidade de dados sem os quais não conseguimos transitar pela vida, Giddens está nos dizendo sobre a realidade social em períodos de acirramento das consequências da modernidade.

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. Temos que elucidar a natureza deste fenômeno. Todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas. (...) Em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las. Mas somente na era da modernidade a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em princípio) a todos os aspectos da vida humana, inclusive à intervenção tecnológica no mundo material. (Giddens, 1991, p. 45)

Se não estamos em um período que possa ser caracterizado como pós-moderno, de ruptura consolidada com as condições da modernidade, é certo que vivemos uma época de institucionalização de quase todas as práticas sociais. Para Giddens, as quatro dimensões mais importantes da institucionalização na modernidade seriam o capitalismo, a vigilância, o poder militar e o industrialismo, que atuam, em certa medida, de forma ordenada. Deles derivam outras atividades institucionalizadas e, certamente, a necessidade de os homens se organizarem em torno de objetivos, o que, na maioria das vezes, implica na constituição de espaços formais de ação. É preciso cuidado com essa visão do autor, para que as individualidades não acabem subsumidas pelos aparatos institucionais, negando, inclusive, uma importante dimensão da reflexividade, qual seja, a constituição social que se dá intersubjetivamente, portanto, em processo no qual as individualidades são parte essencial.

Mas o capitalismo, inegavelmente, apresenta um projeto que é, em certa medida, unificador, ao propor um modelo econômico que se apresenta como o mais adequado à produção de riquezas. Ainda que ele não tenha conseguido superar desigualdades individuais e sociais – pelo contrário, tende a acentuá-las – conseguiu, especialmente na atual era de globalização, em que mercadorias, informações e pessoas transitam quase sem restrições, espalhar-se pelo mundo como nenhuma outra forma de organização econômica até então havia obtido sucesso. A manutenção e expansão do capitalis-

mo exigem a institucionalização de uma enorme quantidade de práticas sociais, mobilizando conhecimentos, teorias, habilidades técnicas e avanços tecnológicos, processos que implementam vastas redes que exigem de cada indivíduo estratégias distintas de inserção no mundo social.

Embora alguns confundam o industrialismo com o capitalismo, pela forte ligação existente entre ambos, inclusive o fato de o primeiro ter recebido impulso fundamental do segundo em seu processo de consolidação, a industrialização tornou-se, na modernidade, marca disseminada em diversas realidades sócio-econômicas e culturais. O que o torna até mesmo mais globalizado do que o capitalismo está em sua característica mais marcante: a capacidade de superar os desafios impostos pela natureza, dando aos homens condições de sobrevivência nunca antes experimentadas. Ao institucionalizar-se, o industrialismo acaba por criar um ambiente próprio no qual sejam possíveis sua sobrevivência e expansão, cuja marca mais visível talvez esteja nos constantes avanços técnicos e tecnológicos que ele promove, levando, dentre outras conseqüências, a profundas modificações nas noções e experiências de espaço e de tempo, processo acelerado pela difusão massificada dos processos de comunicação midiáticos.

A institucionalização da vigilância se dá não somente em termos de ordenamentos que têm como objetivo o controle dos indivíduos, mas sobretudo pelo controle da informação e pela supervisão social, de que seriam exemplos bancos de dados com informações econômicas sobre cada cidadão e as normas de conduta que “ditam” o que cada um deve fazer. Estudiosos de diversas tradições têm apontado como a vigilância opera em múltiplas frentes, a exemplo da denominada “medicalização do sexo”, processo pelo qual busca-se o controle das práticas sexuais em função de uma suposta normalidade, ou de práticas adequadas em função de princípios científicos.

Por sua vez, o poder militar também difundiu-se como um dos mais poderosos aparatos institucionais, garantindo aos estados, inclusive, parte dos processos institucionais de vigilância. Ao poder militar cabe o controle dos meios de violência no contexto das guerras, que não se limitam mais aos confrontos tradicionais entre países. Embora ainda esteja intimamente ligado à defesa dos estados nacionais, o poder militar assume novas funções, de que é exemplo a mobilização, no Brasil e em outros países, em torno da “guerra ao tráfico” e o combate às mais variadas formas de crimes organizados, envolvendo contrabandos, máfias diversas e falsificações de mercadorias, dentre outros.

Essas e outras dimensões institucionais da modernidade representam desafios que levam a uma modalidade específica de reflexividade. Nela, vislumbra-se a capacidade de “fazer frente” aos avanços mais gerais da institucionalização nos níveis da vida social. Nos dizeres de Giddens,

Uma expansão da reflexividade institucional é uma característica distintiva das sociedades modernas no passado relativamente recente. A maior mobilidade geográfica, os meios de comunicação de massa e muitos outros fatores extraíram elementos da tradição da vida social que há muito tempo resistiam – ou se adaptavam – à modernidade. A contínua incorporação reflexiva do conhecimento não apenas se introduz na brecha, ela proporciona precisamente um ímpeto básico às mudanças que ocorrem nos contextos pessoais, e também globais, da ação. (Giddens, 1993, p. 39)

É da impossibilidade de nos atermos com segurança absoluta aos múltiplos conhecimentos tornados possíveis na modernidade, que nasce uma situação, até certo ponto, ambígua, qual seja, se cada indivíduo é capaz de deter uma quantidade mínima de todos os conhecimentos disponíveis, principalmente os especializados, ele tem que lançar mão da confiança de que aquilo que não pode dominar funciona. Ou seja, ainda que conhecimento não equivalha à segurança, somos levados a crer que médicos, advogados, técnicos em informática e outros especialistas estão capacitados a nos dar soluções quando delas necessitamos em nossas vidas diárias, ainda que mantendo uma certa dose de desconfiança, ou, em situações mais extremas, mesmo uma certa hostilidade.

Para Giddens, a confiança nas fichas simbólicas – ele cita o dinheiro como um exemplo – e nos sistemas peritos é uma das alternativas que a modernidade nos oferece de “segurança”.

Muitas pessoas, por assim dizer, fazem uma “barganha com a modernidade” em termos da confiança que concedem às fichas simbólicas e sistemas peritos. A natureza da barganha é governada por misturas específicas de deferência e ceticismo, alívio e medo. Embora não possamos escapar completamente do impacto das instituições modernas, dentro do amplo escopo de atitudes de aceitação pragmática, muitas orientações possíveis podem existir (ou coexistir, em verdadeira ambivalência). Um indivíduo pode escolher mudar-se para uma área diferente, por exemplo, do que tomar água fluoretada, ou tomar água engarrafada ao invés de água da torneira. Seria uma atitude extremada, contudo, recusar completamente a água encanada. (Giddens, 1991, p. 93)

O jornalismo, cremos, é um sistema perito. Em primeiro lugar, porque ele ocupa o espaço que na tradição caberia aos contadores de histórias, a partir dos quais era possível a difusão de conhecimentos e acontecimentos. Em segundo lugar, porque ele se apresenta de fato como sistema especializado, seja em lazer e entretenimento, seja na difusão de notícias sobre o mundo à

nossa volta, processo que mobiliza profissionais capacitados em suas respectivas funções que, de acréscimo, no caso do jornalismo, ainda se referenciam permanentemente em outros sistemas peritos, aos quais dá voz, espontaneamente, ou a partir de “provocações”. Estão aí incluídos especialistas de todas as esferas de especialização humana que são convocados a dar uma explicação sobre temas transformados em notícias.

Jornalismo

Desde que deixou para trás sua fase panfletária e quase exclusivamente política, incorporando-se como uma das esferas comerciais do capitalismo que se consolidava, em processo “simbiótico” com o novo sistema econômico em expansão, o jornalismo transformou-se, na avaliação de uma série de estudiosos, em um “narrador do cotidiano”. Desse modo, ele é apontado como um dos principais responsáveis pela divulgação dos mais variados eventos que ocorrem em nossas complexas sociedades, e somente a partir dele é possível difundir temas e acontecimentos que, de outra forma, ficariam restritos aos seus locais de ocorrência. Daí advém uma série de consequências, que levam o jornalismo à necessidade de mediações sempre envolvidas em múltiplos jogos de interesse e de poder, com pressões as mais diversas, que se refletem, como não poderia deixar de ser, na própria linguagem que tipifica as narrativas jornalísticas. Narrativas que não estão restritas aos textos e imagens postos em circulação, mas incorporam a própria “topografia” do veículo, no caso particular dos jornais impressos, mas que se verifica também nas peculiaridades dos formatos audiovisuais, do cinema, da televisão e da Internet, e auditivos, do rádio.

Os processos de produção das notícias não se restringem a um conjunto de técnicas que ao final darão forma a linguagens específicas de acordo com cada narrativa e cada veículo.

Tendo como referência a imprensa escrita francesa, mas com indicações que podemos considerar de natureza “universal” no que diz respeito ao esclarecimento de características do jornalismo, o pesquisador Maurice Mouillaud indica que os jornais diários se organizam de tal maneira que seus leitores conseguem identificá-los a partir de uma “gramática” particular, que une forma e conteúdo como elementos indissociáveis do processo de produção noticiosa e de relação com o público consumidor. Desse modo, os leitores estão previamente orienta-

dos quanto às seções mais prováveis em que encontrarão determinado tema, assim como sobre uma certa “ordem” do desenrolar dos acontecimentos da vida social.

A “forma” do jornal, *grosso modo*, corresponderia aos seus dispositivos visuais, distribuição espacial das notícias, maneiras de se recolher os materiais informativos, ou àquilo que, nas palavras de Mouillaud, constituiria “os dispositivos que preparam para o sentido”. Já o conteúdo, em síntese, equivaleria ao que encontramos nos jornais como os sentidos manifestos ou latentes, a partir das múltiplas falas ali presentes, e não somente as dos operadores dos discursos midiáticos (jornalistas, fontes ou proprietários, por exemplo). Compreender o jornal e, por extensão, o jornalismo, portanto, não é possível, na avaliação do autor, a não ser em função da organicidade que envolve conteúdos e formas, sempre avaliadas em suas dimensões éticas e estéticas, visto que mobilizam um vasto espectro simbólico enraizado em práticas sociais.

Para o autor, não pode haver simplificações nas abordagens sobre o jornalismo. Ao lado da verificação da relação orgânica entre conteúdo e forma, sugere-nos Mouillaud:

O jornal - e a mídia em seu conjunto - não está, entretanto, face a face ao caos do mundo. Está situado no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam (...) um real já domesticado. O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejam-no a partir de seu próprio campo mental e recolocam-no em circulação no ambiente cultural. Se, na origem, o acontecimento não existe como um dado de “fato”, também não tem solução final. A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações. (Mouillaud, 1997, p. 51. In: Mouillaud, 1997)

Perde assim, o jornalismo, a exclusividade sobre a “explicação” da vida social. O consumidor da notícia, se pode ter sido, ele próprio, já um “domesticador”, vai ainda reelaborar os discursos presentes nas diversas narrativas jornalísticas. Os sentidos do mundo deixam de ser unívocos para assumirem uma condição de permanente (re)significação. Enquanto ator social, o jornalismo não se posicionaria, portanto, como simples mediador entre falas e interesses de outros atores sociais. Ele próprio dialoga com seus consumidores e suas fontes, seja através dos editoriais, seja pela forma da (inter)mediação.

Para dar conta das narrativas jornalísticas é preciso percebê-las em suas múltiplas dimensões, contradições, silêncios, interditos. Nunca como um discurso já acabado, que cumprisse descrever à semelhança de uma fotografia em perspectiva. Articulando-se em múltiplas di-

mensões da sociedade, dos produtores e dos consumidores de informação, o “papel” do jornalismo na atualidade pode ser visto como o de um ator social que participa das mais variadas instâncias das ações humanas, informando e nutrindo-se de informações, em um processo que não tem fim, e no curso do qual estão inscritas infinitas possibilidades de simbolização do mundo narrado.

Empreender uma leitura do jornalismo a partir de tal perspectiva significa reconhecê-lo também em uma dimensão política e sócio-cultural, que é reveladora dos critérios de noticiabilidade que levam determinados temas a atingir dimensão privilegiada na cobertura diária de acontecimentos, bem como os múltiplos “constrangimentos” aí implicados, das limitações estéticas nas produções narrativas aos limites impostos por interesses políticos, culturais e econômicos, passando pelos “constrangimentos institucionais”, no dizer de Gaye Tuchman. É também reconhecer que, se por princípio podemos afirmar que as narrativas jornalísticas dirigem-se a públicos massivos e indeterminados, tal pressuposição não pode significar retirar das narrativas características que estão ali exatamente porque pressupõe-se um público que, ainda que intuído, ou idealizado, transforma-se na referência concreta que levará a marcas discursivas bem delimitadas. O jornalismo é, como outras produções humanas centradas na linguagem, um “operador simbólico”.

Essa natureza de “operador simbólico” inscreve o jornalismo, portanto, na perspectiva que, pelo menos desde os estudos de Bakhtin, indicam as narrativas como processos, ao mesmo tempo, ideológicos, no sentido de portarem uma “visão de mundo”, exatamente porque empreendidas a partir da articulação em torno de linguagens marcadas pelo social, e polifônicas, visto que, como decorrência da inevitável ligação ao social, não podem deixar de contemplar os múltiplos interlocutores.

É necessário, no entanto, compreender, de uma perspectiva política mais “radical”, como a mídia, e em particular o jornalismo, inscrevem-se nos processos de visibilidade requisitados e construídos pelos atores sociais na modernidade. Em pesquisa realizada para conclusão do mestrado, a partir das primeiras notícias sobre Aids publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, pudemos perceber que o tema não suscita apenas um debate que se limita às disputas em torno das simbolizações médico-científicas. Da análise conclui-se que as disputas de sentido podem, em determinadas circunstâncias, e dadas as complexidades do que está em jogo, mobilizar todos aqueles que não se conformam com um único ponto de vista sobre as soluções possíveis para os dilemas que a síndrome suscitou e/ou potencializou. Em nossa análise ficam claras interferências de médicos, cientistas, religiosos, sociólogos e outros atores sociais interessados nas definições do que é a Aids e quais são as suas implicações, ao mesmo tempo em que o jornal

também se posiciona, seja por meio de editoriais, seja pelo “enquadramento” dado aos temas divulgados em torno da síndrome.

É esclarecedor, nesse ponto, recorrermos à noção de “disputas” que atores sociais empreendem na busca por espaços de visibilidade na e a partir da mídia, o que ocorreu nos primeiros momentos de divulgação da Aids e, muito provavelmente, continua a ser verificado atualmente. Vale ressaltar que a síndrome inscreve-se como temática jornalística que coloca em jogo interesses econômicos, sociais, culturais e políticos, em suma, “dispara” uma série de operadores sócio-simbólicos. Avaliando como as disputas por visibilidade foram empreendidas pelos envolvidos na luta antimanicomial – processo que, em suas especificidades, também se verificou na construção dos muitos discursos sobre a Aids e suas conseqüências –, Rousiley Maia chama atenção para o fato de a mídia ser importante no estabelecimento de “um quadro dinâmico de interpretações na cena pública”, a partir da interação complexa de discursos e da ação simultânea de vários atores. Nesse sentido,

A visibilidade midiática contribui para fazer avançar a generalização do debate, interferindo no entendimento coletivo dos problemas. Cabe ressaltar que a qualidade do debate mediado é relacionada, entre outros fatores, ao modo como os próprios atores sociais usam o espaço de publicidade midiático e apresentam pontos de vista à audiência. (Maia, 2006, pp.170-172. In: Castro & Maia, 2006)

Chegamos, assim, ao papel mais diretamente político do jornalismo, o que nos indica uma condição que não pode ser negligenciada quando nos referimos às narrativas jornalísticas, qual seja, o de que elas são elaboradas também em função das tensões sociais e, não somente delas estão impregnadas, como podem nos indicar, a partir mesmo das impregnações, muito da sociedade nas quais circulam.

Os processos de produção das notícias, assim sendo, não se restringem a um conjunto de técnicas que ao final darão forma a linguagens específicas de acordo com cada narrativa e cada veículo. Melhor dizendo, o conjunto das técnicas que dão forma e conteúdo às narrativas está intimamente associado a estratégias que supõem enquadramentos e critérios de noticiabilidade – variáveis que os jornalistas e veículos utilizam para decidir o que merece ou não aparecer na mídia como notícia, a partir de um cardápio de acontecimentos. (Gomis, 1991; Hohlfeldt, 2001; Mouillaud, 1997; Ponte, 2005; Traquina, 1993; e Wolf, 1994) Postas em circulação, as notícias repercutirão no sentido de agendar temas para debates, informando o público sobre questões que estão na “ordem do dia”. Estudada a partir da hipótese denominada *Agenda Setting*, a possibilidade de que o público venha a debater assuntos difundidos pela mídia não é a única contribuição das pesquisas sobre agendamento.

Importantes também são as noções de que o próprio público agenda a mídia, a partir de demandas para que ela dê visibilidade a temas que lhe interessa, e de que as mídias agendam-se mutuamente, a partir da repercussão de temáticas de amplo apelo social. (Ponte, 2005; Traquina, 1993; e Wolf, 1994)

Agir reflexivamente é dar conta de inteirar-se e agir sobre o mundo a partir das condições que a modernidade instaura, mas não apenas de maneira reativa e nos próprios termos que a institucionalização nos propõe.

Ainda que alvo de uma série de críticas – procedentes – quanto às suas limitações teóricas e metodológicas, a grande contribuição da hipótese do agendamento está no fato de ela ter ressaltado que a modernidade, em sua dependência da mídia para difusão dos acontecimentos sociais, tem como uma das marcas o fato de os agentes da mídia efetivamente darem realce a determinados temas, em suas escolhas sobre o que cobrir. A partir desse realce, há de fato uma tendência a que as pessoas tomem tais temas como parte de suas conversações cotidianas, o que não significa, nem a hipótese *do Agenda Setting* o sugere, que as pessoas pensarão exatamente como a mídia propõe. É também importante considerar que um veículo de comunicação – especialmente se ocupa posição privilegiada em termos de vendagem ou de audiência –, mas particularmente se desfruta de prestígio oriundo de credibilidade, tende a agendar os seus “concorrentes”. E, não menos importante, se a mídia pode vir a agendar os debates públicos, o “público” também age no sentido de a agendar, processo que se revela na crescente profissionalização das assessorias de imprensa e de comunicação, mas que também se verifica em outros níveis da ação institucional, levando grupos e/ou indivíduos a pressionarem a mídia no sentido de que ela lhes dê visibilidade, inclusive buscando influir diretamente sobre os enquadramentos.

Incorporado aos estudos sobre o jornalismo a partir das contribuições de Erving Goffman, o conceito de enquadramento refere-se às perspectivas que o jornalismo apresenta de um determinado tema, o que vai refletir no modo como cada notícia apresenta uma “visão de mundo”. Nas palavras de Gitlin, citado por Maria João Silveirinha, “enquadramentos mediáticos são esquemas

persistentes de cognição, interpretação, e apresentação, de selecção, ênfase e exclusão, pelos quais os detentores dos símbolos organizam rotineiramente o discurso verbal ou visual” (Gitlin, in Silverinha, 2005, p. 4). Os enquadramentos são da ordem da relação que o jornalismo mantém com a sociedade e, conseqüentemente, as notícias contêm, potencialmente, múltiplas vozes, dentre outras, das fontes ouvidas na sua preparação, da linha editorial de cada veículo e do jornalista responsável pela recolha de dados e redação.

Na definição do enquadramento dado aos temas alvo de cobertura estão presentes valores morais, culturais, políticos, enfim, ideológicos, no sentido de refletirem um conjunto de crenças e modos de agir de uma determinada sociedade. Mas também dos muitos grupos sociais e indivíduos que a compõe. São, por isso mesmo, potencialmente reveladores dos conflitos que podem estar envolvidos nos processos de produção e recepção das notícias, particularmente no que se refere às construções de sentido.

Jornalismo e reflexividade

A reflexividade é uma rica possibilidade de explicação sobre a organização da vida social em nossos tempos, à medida que ela nos dá uma dimensão do quanto somos afetados por todas as transformações – conseqüências, na proposição de Giddens – instauradas com a modernidade. Ao buscarmos as contribuições do autor, queremos sugerir que a reflexividade é um conceito que se presta a uma dimensão metodológica na explicitação dos modos como a mídia, e particularmente o jornalismo, interagem com o conjunto social, processo que afeta não somente as mudanças de enfoque no tratamento de certas temáticas, a partir das pressões vindas de atores sociais diversos, mas que incorpora também transformações tecnológicas e estratégias narrativas permanentemente renovadas.

Agir reflexivamente é dar conta de inteirar-se e agir sobre o mundo a partir das condições que a modernidade instaura, mas não apenas de maneira reativa e nos próprios termos que a institucionalização nos propõe. É também a capacidade de criação de novos processos sociais, à medida que os antigos se mostrem incapazes de satisfazer as múltiplas necessidades coletivas e individuais. Nas condições reflexivas da modernidade, estamos, em graus diferenciados, é verdade, habilitados a compreender o mundo à nossa volta, com suas limitações e potencialidades. Dessa compreensão, agimos reflexivamente sobre a realidade, transformando-a, ao mesmo tempo em que somos por ela afetados.

A mídia e o jornalismo, como parte fundamental da modernidade, não estão fora desse “jogo” da reflexividade. Antes, contribuem decisivamente com ele, ao difundir informações, em crescente ritmo de globalização, que nos colocam diante de rupturas cada vez mais sensíveis em nossas noções tradicionais de espaço, tempo e pertencimento a locais específicos de cultura. Este pro-

cesso, se se apresenta em um primeiro momento como uma ameaça à nossa individualidade, por outro tem contribuído para que alteridades sejam desenvolvidas, permitindo o afloramento de identidades, por exemplo sexuais, que por muito tempo se mantiveram reprimidas. É o que ocorreu, reflexivamente, com o advento da Aids, que a despeito de todas as mazelas que trouxe consigo, foi também responsável por visibilidades de nuances da sexualidade e da afetividade nunca antes possíveis. Este processo não ocorreu sem a contribuição do jornalismo, colocando-o, inclusive, diante do desafio de adotar pontos de vista não tradicionais sobre sexualidade, erotismo e afetividade.

Em condições de modernidade e de reflexividade, nossa exposição cotidiana à mídia coloca-nos diante do desafio de apreensão dos modos como ela opera. É assim que, se o jornalismo é capaz de agendar temas para nossos debates cotidianos, reflexivamente agimos sobre ele, buscando agendá-lo não somente com temáticas que nos são caras, como, ainda, neste processo queremos, simultaneamente, exercer influência sobre o “enquadramento” dado às questões propostas como noticiáveis ao jornalismo. Em outras palavras, aprendemos, reflexivamente, como é que as mídias e o jornalismo operam e disso somos capazes de tirar, mais do que “descobertas”, ações práticas potencialmente modificadoras das próprias formas como o jornalismo retrata as temáticas que nos afetam ■ FAMECOS

NOTAS

- * Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Estudos de Jornalismo”, do XVII Encontro da Compós, na UNIP, São Paulo, SP, em junho de 2008.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. *Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas: a cobertura da Aids pela Folha de S. Paulo de 1983 a 1987*. Belo Horizonte: Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000. (Dissertação)
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- _____. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.
- GOFFMAN, Erving. *Frame analysis - an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz C., FRANÇA, Vera Veiga (organizadores). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GOMIS, Lorenzo. *Teoria del periodismo – como se forma el presente*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991.
- MAIA, Rousiley. Mídia e deliberação: atores críticos e o uso político da razão. In: CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola & MAIA, Rousiley (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal – da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- PONTE, Cristina. *Para entender as notícias – linhas de análise do discurso*. Florianópolis: Insular, 2005.
- SILVEIRINHA, Maria João. *O lançamento da moeda europeia e seus enquadramentos na imprensa*. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em setembro de 2005. In: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18029/1/R0199-1.pdf>. Consultado em 01/25/2007, na base permanente de textos do site.
- TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.